

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de julho de 2021. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 14 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 24.234/2021, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 14.288, de 30 de dezembro de 2020, na forma que indica.

Srs. Deputados, este é um projeto muito bom para os municípios. Eu vou ler, rapidamente, para que vocês fiquem mais inteirados.

(Lê) “Art. 1º - O Art. 70 da Lei nº 14.288, de 30 de dezembro de 2020, passa a vigorar com o seguinte acréscimo.

‘Art. 70 -

Parágrafo único - A realização das transferências de recursos e a assinatura de convênio ou instrumento congênere destinados à saúde pública e à educação não dependerão da situação de adimplência do Município, na vigência de Decreto Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA, que tenha reconhecido a ocorrência de Estado de Calamidade Pública, em virtude de situação de anormalidade decorrente da pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19 (NR).’

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da publicação.”

É um projeto que beneficia todos os 417 municípios. Aqueles, que são a maioria, que estão inadimplentes, não terão consequências, no caso, não deixarão de assinar os convênios com o governo, se esses municípios estiverem com a vigência do decreto de calamidade pública aprovado por esta Casa, devido à Covid.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do Psol para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos demais deputados, deputadas e às pessoas que acompanham a nossa sessão via *TV ALBA*.

Nós queremos ocupar este tempo da representação partidária, Sr. Presidente, nesta tarde de sessão da ALBA, para tratar de dois temas, principalmente. O primeiro é o tema da educação...

(Interferência na conexão.)

(...) Me ouve, Sr. Presidente? Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô! Está me ouvindo, Hilton? Alô, Hilton. Tem que abrir aqui. Alô, Hilton. Está me ouvindo?

Deputado Hilton, me ouve?

O Sr. HILTON COELHO: Estou ouvindo com dificuldade, mas... O senhor me ouve, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, deputado Hilton. Agora.

O Sr. HILTON COELHO: O.k. Pode zerar o meu tempo de fala que é tão curtinho, presidente?

Então, mais uma vez, boa tarde, presidente, boa tarde a todos os deputados e deputadas, boa tarde àquelas pessoas que estão acompanhando a transmissão da nossa sessão através da *TV ALBA*.

Eu quero ocupar o tempo desta tribuna, presidente, para tratar de um tema que sempre foi um tema polêmico, desde o momento em que o governador Rui Costa definiu que a educação seria uma prioridade no seu discurso. E nós não obtivemos qualquer retorno em relação a qualquer coerência do discurso com a prática durante toda a pandemia.

O governador resolveu, mais uma vez, polemizar. E de maneira autocrática, unilateral, sem qualquer diálogo com a categoria, o governador decreta, ou melhor, publiciza a posição unilateral na imprensa de que as aulas iriam voltar na próxima semana, no dia 26.

Obviamente, a categoria já tem uma posição muito bem definida e muito amadurecida, pois vai no caminho da afirmação das vidas, das vidas dos profissionais, das vidas das pessoas de toda a comunidade escolar. A categoria reagiu e teve uma posição muito firme no sentido de dizer que não existe retorno às aulas sem imunização completa dos profissionais da educação, sem as garantias das condições sanitárias e sem a garantia da acessibilidade digital.

Esses são termos inegociáveis para a categoria hoje, não apenas no estado da Bahia, mas na cidade de Salvador, dado o posicionamento, também, do prefeito Bruno Reis, que tenta impor uma lógica supostamente ingênua, um discurso supostamente ingênuo de que a vacinação poderia vir a ser imunização, quando nós sabemos que imunização só acontece com a aplicação da segunda dose. A primeira dose, para toda categoria, o que ainda não aconteceu na completude; a segunda dose para toda a categoria; e o tempo da imunização.

Além disso, Sr. Presidente, existe o problema das condições das escolas. Nós apresentamos uma proposta que recebeu a simpatia dos deputados e das deputadas da Comissão de Educação, ontem, na reunião das comissões – que infelizmente não deu quorum – de que nós devemos fazer as visitas às escolas. E essa posição foi legitimada pela maioria dos deputados que estavam ali presentes para nós verificarmos as condições sanitárias das escolas.

Por fim, o problema da acessibilidade. A Prefeitura de Lauro de Freitas teve uma posição, a nosso ver, coerente, garantiu não apenas os *tablets* como a banda larga para o conjunto da comunidade escolar, mostrando a viabilidade de um município que tem um orçamento, por exemplo, muito menor do que o da cidade de Salvador, que ainda não resolveu esta situação. Já baixou o edital de licitação. Mas nós vamos começar a contar os dias da chegada dos *tablets* à rede municipal de educação, porque é um direito da população, seja na rede estadual, seja no município de Salvador, que deve ser um exemplo para todo o Estado.

O direito da população ao ensino remoto está garantido em lei até dezembro de 2021. A lei garante que a família tem o direito, pois é facultativo à família enviar os seus filhos à escola ou não; enviar os seus filhos à escola ou permanecer no ensino remoto, na forma como vem acontecendo no município de Salvador e no estado da Bahia, também na rede estadual, ainda que essa forma seja precarizada, o que precisa ser resolvido, seja pelo governo do estado, seja pelo prefeito Bruno Reis.

Nós fazemos votos de que a mesa de negociação, melhor, que o diálogo seja aberto pelo governador Rui Costa e pelo prefeito Bruno Reis, porque a situação é, extremamente, complexa, pois as perdas são muito grandes para a comunidade escolar. E vai ser a partir do entendimento dessa complexidade, pois a decorrência e a lógica dizem de um debate democrático, profundo, sobre as alternativas para superação desse quadro.

E, por fim, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar que, amanhã, a partir das 10 horas – como V. Ex.^a tem consciência, e acredito que se fará presente também –, nós vamos ter o lançamento da cartilha “*O que você precisa saber sobre abordagem policial*”.

A cartilha foi elaborada pela Defensoria Pública de maneira inicial; no segundo momento, inclusive, com a participação da Polícia Militar. Isso significa uma peça muito importante para fazer com que a população tenha consciência dos seus direitos, das suas obrigações também, mas dos seus direitos na abordagem policial, já que há um quadro no estado da Bahia, que é um quadro lastimável em relação à violência contra a nossa população, a violência policial contra a nossa população.

Então, eu quero, para concluir, Sr. Presidente, fazer um apelo para que o conjunto dos deputados e deputadas esteja presente amanhã nessa atividade. Volto a dizer: será a partir das 10 horas da manhã e de maneira remota também. Estará a Defensoria Pública representada, com certeza, por um grupo brilhante de defensoras e defensores públicos para fazer a exposição sobre essa cartilha e assumir, portanto, uma posição, a nosso ver, muito preciosa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) em relação ao quadro da segurança pública no estado da Bahia.

A ALBA, também, pode ter um papel destacado se contar com as presenças...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) dos deputados nesse evento que vai acontecer, volto a dizer, amanhã, a partir das 10 horas.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

(Interferência na conexão.)

(O Sr. Deputado Robinson Almeida Lula inicia a sua fala com o microfone desligado.)

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) e nos pediu para orientar a Bancada da Maioria nesse início de sessão.

Então, Sr. Presidente, eu queria registrar a importância deste projeto de lei, porque ele vai assegurar aos municípios uma condição administrativa mais favorável a receber recursos nesses tempos difíceis de pandemia. Este é um projeto que eu acredito que deva ter a adesão da totalidade da Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu queria, também, registrar uma ação muito importante na área de saúde, aliás, duas ações. A primeira é a abertura do edital de licitação para

construção de um novo hospital na Bahia, o Hospital da Costa das Baleias, em Teixeira de Freitas.

Já são 16 hospitais construídos de 2007 para cá nos dois governos: o Hospital Regional da Chapada; o Hospital Regional de Juazeiro; o Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus; o Hospital Regional da Costa do Cacau; o Clériston Andrade 2, em Feira de Santana; o HGE 2, em Salvador; o novo Couto Maia; o Hospital do Subúrbio. Enfim, trata-se de uma ampliação da infraestrutura de saúde nunca vista na história da Bahia.

E vamos reforçar, vamos ampliar essa infraestrutura de saúde com a inauguração amanhã, melhor dizendo, na sexta-feira, de uma nova policlínica, a 19ª, agora no município de Itaberaba, no Piemonte da Chapada Diamantina. As policlínicas têm um papel muito importante no sistema de saúde do estado, porque elas interiorizam serviços que muitas vezes só eram acessíveis a poucas pessoas do interior do estado. A maioria da população tinha de se deslocar para cidades de porte maior ou até mesmo para a capital, para fazer ressonância magnética, para fazer uma tomografia ou para um atendimento com um médico especializado. E, hoje, é uma realidade que já contempla 18 territórios e amanhã será o 19º, em que todos os municípios que fazem parte do consórcio de saúde têm uma cota para poder levar os pacientes com horário marcado em ônibus gratuito, com *wi-fi*, e fazer lá o seu atendimento clínico ou fazer o seu exame.

Então, há uma revolução na área de saúde, e essa ampliação da infraestrutura ao longo desses últimos anos foi fundamental para que a Bahia pudesse enfrentar essa terrível crise sanitária, ostentar números que comparados com a média brasileira....

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presidente, isso aí já é um discurso.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) são números bastante aceitáveis. Presidente, teve alguma interrupção, eu não...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presidente, sou eu, Paulo Rangel. Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presidente, com todo respeito ao deputado Robinson, mas ele está fazendo um discurso, já está encaminhando os minutos, então. É bom que ele faça uma inscrição ou, então, ele nomeie um orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele já está usando o tempo do PP por 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Ah, tudo bem. Mas o senhor não anunciou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado, líder Robinson. Deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Portanto, presidente, essa iniciativa do governador Rui Costa, ao longo dos seus dois mandatos, somada às iniciativas tomadas pelo ex-governador Jaques Wagner, possibilitou que a Bahia tivesse essa infraestrutura de saúde, que tem sido muito útil para fazer a travessia difícil dessa pandemia.

Na próxima sexta-feira, teremos em Itaberaba, no Piemonte da Chapada, mais uma policlínica a ser inaugurada e, portanto, vai levar, interiorizar serviços importantes

para toda a população daquele território – Boa Vista do Tupim, Ruy Barbosa, Iaçú –, todos os municípios serão contemplados com serviços que chegarão agora através da policlínica.

Então, fica, aqui o nosso reconhecimento, o nosso aplauso a essa iniciativa do governador Rui Costa em ampliar a infraestrutura de saúde, em manter toda a prioridade do governo do estado para enfrentar a crise sanitária, e proteger baianos e baianas neste momento difícil em que nós vivemos.

Então, a nossa orientação, Sr. Presidente, é pela aprovação da matéria, pela aprovação dessa adequação, porque ela possibilita que municípios tenham também facilidade de receber recursos oriundos das instituições governamentais de outra esfera, para ajudar no combate a esta pandemia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falarei eu, Sr. Presidente, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não ouvi, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Falarei eu por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos parlamentares, vou dividir aqui o nosso tempo em dois momentos. Primeiro momento, Sr. Presidente, quero aqui agradecer a minha região, a região do Médio Rio de Contas, por nós termos, semana passada, vivenciado a agenda Pela Bahia, do presidente do nosso partido, o ex-prefeito da capital ACM Neto, na qual visitamos diversos municípios. Visitamos Ibirataia, Ipiaú, Itagibá, Itagi e Jitaúna, onde pudemos ter uma conversa franca, tanto com a população quanto com os empresários, com os comerciantes, onde ficou muito clara a vontade da nossa região em uma alternância de poder.

E para consolidar o que nós estamos falando, foi publicada ontem a pesquisa da *TV Itapuã*, *TV Record*, se eu não me engano, em que o presidente nacional do Democratas, o ex-prefeito ACM Neto, lidera em todos os cenários políticos de nosso estado. Aqui na região metropolitana e na capital é uma verdadeira avalanche, respaldada pelos 84% do prefeito Bruno Reis, que foi nosso colega durante muito tempo e hoje se consolida, mesmo diante de tanta dificuldade no enfrentamento da Covid, nos problemas que a cidade atravessa devido à pandemia. Bruno, hoje, tem o respeito e o respaldo de 84% de avaliação positiva da população soteropolitana.

Essa é a forma, essa é a marca do nosso partido Democratas: cuidar de Salvador. Em um breve espaço de tempo esse cuidado irá se estender para toda a Bahia e todos os baianos.

Mas, Sr. Presidente, eu quero aqui usar esse tempo para também encaminhar positivamente o voto de nossa bancada, favorável a esse projeto de adequação. Entendemos que esse projeto é essencial, é necessário para ajudar os municípios que já estão em estado de calamidade a poderem celebrar os seus convênios para promover uma melhor qualidade de serviço e infraestrutura, dentro dos municípios apropriados.

Então, nós encaminhamos favoravelmente o projeto, Sr. Presidente, respeitando o voto contrário de alguns colegas da nossa bancada que entendem diferente, como o deputado Prisco e o deputado Capitão Alden. Mas o voto da Bancada da Oposição será o voto favorável à apreciação desse projeto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. Deputado Rosemberg já está no ar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, estou no ar, mas deixe, por gentileza, o deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Robinson!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) Robinson encaminhar essa questão até eu me atualizar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinson. Deputado Robinson, me ouve?

Deputado Rosemberg, deputado Robinson não me ouve no momento. Nós estamos no tempo do PSD, V. Ex.^a indica algum nome para usar os 12 minutos?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, então, nós vamos dispensar esse tempo para agilizar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Deputado Sandro. Deputado Sandro, me ouve?

O Sr. Sandro Régis: Ouço. Deputado Alan Sanches por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan por 10 minutos.

Deputado Alan, abra o microfone. (Pausa)

Deputado Sandro, deputado Alan está com o microfone fechado ainda. (Pausa)

O Sr. Alan Sanches: Alô!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, me ouve? Está com o microfone fechado.

Deputado Sandro. Deputado Sandro, Alan está com o microfone fechado.

O Sr. Sandro Régis: Espere aí, espere aí, deixe ver se consigo falar com ele, um minutinho só. Um pouquinho de paciência, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Abriu, Alan.

O Sr. Sandro Régis: Abriu? (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, me ouve? (Pausa)

Deputado Sandro, eu vou passar para o próximo tempo, depois o deputado Alan retorna, o.k.?

O Sr. Sandro Régis: Adianta, Sr. Presidente, adianta, adianta, por favor, e ele fala no último tempo da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, nós só vamos utilizar o último tempo, que será o humilde orador que vos fala. Quero só aproveitar para informar aos deputados e deputadas que estava previsto votar projetos de deputados hoje, pelo menos o projeto da deputada Olívia, que tinha ficado para esta semana, o da deputada Ivana e da deputada Maria del Carmen, mas em função de um diálogo que nós tivemos, liderança e governo, nós votaremos na primeira sessão de agosto os projetos de deputados e utilidade pública, por acordo com o deputado Sandro, de forma presencial. Então, nós só vamos usar o último tempo, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis: Deputado Rosemberg, eu aqui endosso as suas palavras...

Tem microfone aberto aí. Tem microfone aberto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tem microfone aberto de quem não está usando o tempo.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, endosso as palavras do líder Rosemberg. Realmente conversamos e achamos melhor votar projetos de deputados, projetos de título de cidadão, de comenda e de utilidade pública de forma presencial.

Como V. Ex.^a tem sinalizado que a Assembleia vai ter abertura no início de agosto, então vamos votar logo isso quando voltarmos às atividades presenciais. Então, eu concordo e endosso as palavras do líder Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, na próxima semana nós já estaremos no mês de agosto, então, se Deus quiser, nós vamos, conforme combinado, no dia das votações, claro, com todas as restrições e cuidados, nós já vamos votar de forma presencial no Plenário, depois de todo esse tempo, claro, com todo os requisitos de segurança. Essa é a nossa intenção e, se Deus quiser, vai dar certo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, já pode falar?

O Sr. ALAN SANCHES: Presidente, está me ouvindo? Está me ouvindo?

Sr. Presidente, primeiramente peço desculpas. Salve a todos os deputados e deputadas. Peço desculpas a V. Ex.^a e aos colegas, pois a informática instalou aqui a

webcam, e eu acho que ainda não tinham sintonizado tudo, então peço desculpas. Apesar de o microfone estar aberto, a assessoria de informática veio aqui e resolveu.

Sr. Presidente, na última sessão, caros colegas, eu estive falando sobre a pauta de ontem, e a pauta de ontem foi a nova avaliação das pesquisas quantitativas e qualitativas de intenção de votos para o governo do estado. E 10 dias atrás, os colegas estavam, principalmente os do Partido dos Trabalhadores, estavam, acredito que também o nobre presidente, V. Ex.^a, estavam comemorando pesquisa já ultrapassada, velha. Nós tivemos agora, ontem, caros colegas deputados e deputadas, uma nova avaliação, e Neto continua disparado na frente.

A gente tem que comemorar isso mais uma vez porque, como falou meu amigo deputado Sandro Régis, é o que nós percebemos nas ruas, pelo interior, inclusive os aliados de V. Ex.^{as}. Por quê? Acontece em qualquer grupo político, meu nobre presidente Adolfo Menezes, qualquer grupo político entra na fadiga do material. V. Ex.^a, presidente, como outros colegas aqui, já passou por isso. V. Ex.^a, tenho certeza, já passou por isso em Campo Formoso, outros colegas já passaram em suas cidades ou municípios que representam.

Faz parte de qualquer sociedade esse desgaste político do grupo que se mantém por muito tempo. Nós tivemos isso em Vitória da Conquista, com Zé Raimundo. O PT conseguiu, inclusive, ficar muito tempo lá, por 20 anos, depois foi derrotado. A fadiga do material. E é isso que a gente percebe no governo da Bahia: a fadiga do material, o desgaste. Não é o ex-governador, atual senador Jaques Wagner, não é a pessoa do governador, que é muito gentil, nós sabemos que é um homem aprazível, um homem sedutor, não é só isso que se deve levar em conta. O que se deve levar em conta neste momento, como eu estou falando, é o cansaço. Há o cansaço do grupo político que já está com essa panelinha há 15 anos quase, completará agora 15 anos.

Com isso, a sociedade baiana percebe que pode evoluir muito mais, que a Bahia pode muito mais do que conseguiu durante esses 15 anos. É inegável que qualquer governo que já tenha 15 anos sempre terá trazido alguns benefícios, mesmo que de forma extremamente tímida, para a nossa Bahia, terá trazido, porque não é possível... Quem fica 15 anos tem a obrigação de trazer melhorias para a nossa população. Mas nós percebemos que um dos calos da gestão do Partido dos Trabalhadores e dos aliados do Partido dos Trabalhadores é a educação. A educação é um calo no pé do governador Rui Costa.

O governador, eu me lembro ainda, na sua primeira eleição, disse que a sua principal ação seria colocar todas as energias na educação. Começou fazendo, eu acho que ele deve ter visitado quase 400 municípios, cantou até parabéns, fez bolo pelas 300 viagens que tinha feito, e em cada viagem dessa, eu não tenho dúvida, ele visitou uma escola.

Só que quando ele visitava uma escola, em vez de levar os benefícios para aquela região, não, o governo do estado via a deficiência daquele setor, da educação no município, da infraestrutura da educação nos municípios... ele achava que o prefeito, como eu o ouvi falando, deveria fazer uma parceria para que conseguisse resolver aquele problema, ou seja, tirava a obrigação dele de resolvê-lo.

É por isso que o Ideb da Bahia é o pior do Brasil. É o pior porque não conseguiu se desenvolver. Aproveitou a pandemia para não investir absolutamente nada na educação. Inclusive, há pouco tempo, pessoas estavam aí já cobrando o que o próprio governador e o governo do estado tinham prometido, que iam dar aqueles R\$ 50 por mês que não tinham dado, se não me falha a memória, no mês de junho. Disseram: “Ah! A gente vai dar”, mas não disseram em qual mês.

Pelo amor de Deus! Todas as pessoas esperavam receber mensalmente aquela ajuda, mesmo ínfima, de R\$50 quase, e quando chegou no mês de junho, ele não o fez. Ou seja, tudo isso que eu falo é percebido pela população. A população da Bahia, que sempre achou que poderia ter muito mais, não conseguiu, não conseguiu evoluir.

Se a gente fala na saúde, hoje parece que só existe a pandemia. As outras doenças foram esquecidas, as doenças foram esquecidas. Eu sempre falo: suspender cirurgia eletiva para quê? Para não fazer o pagamento? A gente já teria que ter voltado... Eu vi o meu parceiro, o meu amigo Eduardo Alencar, comemorando a volta das cirurgias eletivas, mas eu queria saber, meu amigo Eduardo Alencar, onde a gente está conseguindo fazer essas cirurgias eletivas?

Esse Hospital da Mulher, que foi aqui festejado, é um engodo. Da forma como ele está, é um engodo. Eu quero que o deputado Adolfo Menezes, presidente da Assembleia, me diga se ele consegue ou como é que se consegue fazer uma cirurgia no Hospital da Mulher? Tem uma estrutura daquela, bacana, uma estrutura que teria o poder de resolução muito grande, mas não se faz. Por que não se faz? Porque falta gestão, falta gerenciamento. As pessoas estão na fila por mais de 2 anos esperando, 2 anos esperando uma cirurgia no Hospital da Mulher para fazer o tratamento de um simples mioma, mas não consegue. Não consegue fazer por quê? Porque a gestão é paralisada. A gestão na área da saúde é paralisada.

V. Ex.^{as} podem falar da policlínica. É ótima a policlínica, pronto, conseguimos descentralizar muitas coisas. E as cirurgias? Eu o desafio mais uma vez a me responder, deputado Carlos Ubaldino, V. Ex.^a que ajuda tantas pessoas, onde nós conseguimos fazer uma cirurgia de prótese de quadril, de prótese de joelho, de artroscopia de joelho por uma lesão simples de menisco, mas pelas quais as pessoas não têm condições de fazer o pagamento? Elas não têm condições de assumir uma cirurgia dessa de forma, particular. Mas é insensível, o governo do estado é insensível quando a gente fala dessas cirurgias de ortopedia.

Nós precisamos, sim, de gestão. Nós precisamos do enfrentamento político para resolver esse problema grave que é o da saúde. Essas cirurgias ortopédicas estão paralisadas há anos. Não adianta você pegar o Hospital Manoel Victorino, por exemplo, e colocá-lo para fazer cirurgias de trauma. As cirurgias de ortopedia estão aí amontoadas para serem realizadas, e o governo do estado vira o rosto como se não estivesse vendo essa necessidade. Mas sabe por quê? Porque não é a família de uma das pessoas que estão fazendo a gestão da saúde do governo do estado, são pessoas, são seres humanos que estão ficando aleijados, sem poder fazer a produção, a sua atividade, não digo de lazer, não digo de entretenimento, mas a sua atividade ativa, a sua atividade de trabalho para levar o seu sustento e de sua família.

Mas essa insensibilidade, meu amigo Jurandy Oliveira, começou a ser percebida pela população já há algum tempo, e é isso que refletem essas intenções de votos neste momento.

Não venham com balela dizendo que essa pesquisa é apenas para mostrar o conhecimento das pessoas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não, absolutamente, aqui não tem ninguém no jardim de infância. Nós temos um governador, o ex-governador Jaques Wagner, conhecidíssimo porque foi governador durante 8 anos; senador; participou também... ou seja, duas majoritárias vitoriosas de governador, uma majoritária vitoriosa de senador, que foi agorinha, 2 anos atrás, fresquinha na cabeça das pessoas, da população.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E ainda tivemos outra em que em ele foi candidato e perdeu, ou seja, sempre participando. Se não me falha a memória, já são quatro majoritárias de que o ex-governador Jaques Wagner participa.

Mas não é isso. O nosso ACM Neto só foi prefeito de Salvador. Então, esse conhecimento na Bahia não é por conhecimento. As pessoas conhecem o ACM Neto pelo trabalho, pelo empenho político dele em sua carreira de 12 anos como deputado federal e 8 anos como prefeito de Salvador.

A Bahia, gente, a Bahia, meus amigos e minhas amigas, meu querido amigo Rosemberg, a Bahia quer mudança. A Bahia clama por isso porque a Bahia precisa e pode muito mais.

E neste momento não adianta correr contra o tempo, o que não foi feito durante 15 anos, a atenção que não foi dada à saúde, a atenção que não foi dada à educação durante 15 anos... As pessoas já estão acostumadas a ver esse descaso, e isso vai ser refletido agora, na eleição do ano que vem.

Então, V. Ex.^{as} tenham a certeza de que essa é a sensação que nós temos na rua, essa é a sensação de qualquer tipo de pesquisa de avaliação de intenção de voto. É claro, a pesquisa é do momento, a pesquisa foi feita neste momento, daqui para lá muitas coisas ainda irão acontecer. Mas vocês, amigos, vocês, deputados e deputadas, tenham a certeza de que a mudança é isso que o povo quer e o povo precisa. Porque nós, a Bahia, nós, cidadãos baianos, nós precisamos e podemos muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do governo e da Maioria ou líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, como havia falado anteriormente, eu usarei esse tempo.

Queria pedir desculpas ao deputado Jacó porque ele pediu depois que eu havia anunciado. Vou verificar, se der ainda e eu conseguir objetivar a minha fala, terei o imenso prazer em dividir esse tempo com ele.

Mas usarei o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu ouvi atentamente as falas do deputado Sandro Régis e do deputado Alan Sanches. Quero, sem nenhum tipo de questionamento, mas... na realidade, a minha formação, a minha vida foi fazendo análise de pesquisa, fruto da minha formação universitária, e tive que me dedicar a esse trabalho.

Pesquisa é uma leitura do momento. Uma pesquisa reflete os dias em que foi feito o trabalho de pesquisa por parte dos técnicos que executam esse trabalho, e é natural. Seria diferente se o ex-prefeito de Salvador, ACM Neto, estivesse numa situação diferenciada daquela em que está.

Eu tive uma surpresa diferente da leitura que fazem o deputado Alan e o deputado Sandro Régis com relação à pesquisa. Eu venho acompanhando as pesquisas, e é o inverso. Há um crescimento do senador Jaques Wagner numa expectativa de eleição daqui a 15 meses e uma queda da intenção de votos para o ex-prefeito de Salvador ACM Neto, em que pese, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas e quem nos assiste pela *TV Assembleia*, o ex-prefeito de Salvador ter passado 8 anos, todos os dias, na rede de televisão de maior audiência do nosso estado, pelo fato de ser proprietário dela, em ações positivas. Nunca ninguém na Bahia ouviu uma crítica direta ao ex-prefeito em sua rede de televisão. Então, durante 8 anos, só em ações positivas. E sempre que se coloca o adversário ou é numa posição de neutralidade ou numa posição negativa. Então, é tão lógico que tudo isso conta do ponto de vista do imaginário da sociedade.

Além do mais, o ex-prefeito de Salvador está, desde que deixou a prefeitura, em campanha eleitoral todos os dias, com uma estrutura montada. E aqui não faço nenhuma crítica, muito pelo contrário, acho que ele está correto, tendo em vista que trabalha para disputar o processo eleitoral.

O ex-prefeito se organizou com uma estrutura, com assessores, e tem rodado o estado da Bahia – às vezes, com uma, com duas, com dez, com quinze pessoas – conversando com lideranças, conversando com a sociedade no sentido de se posicionar. E ainda assim o resultado é decrescente em relação àquilo que se apresentava há 8 meses.

Então essa pesquisa, que é o retrato deste momento, está mostrando que a leitura que a sociedade fazia a respeito do ex-prefeito de Salvador está decrescendo. Ao mesmo tempo, mostra o crescimento do senador Jaques Wagner numa perspectiva eleitoral para 2022.

Além do mais, eu não quero comemorar pesquisa; quero mesmo é comemorar, deputado Adolfo Menezes, o resultado das eleições. O ex-governador Paulo Souto comemorou as pesquisas duas vezes, e Jaques Wagner ganhou no primeiro turno.

Em momento nenhum eu coloco para os meus parceiros do Partido dos Trabalhadores e para aqueles que acompanham a candidatura do presidente Lula para 2022 que ele já ganhou, na medida em que a pesquisa é uma leitura daquele momento. E o presidente Lula, corretamente, também está rodando o país, e na próxima semana deverá estar aqui na cidade do Salvador para conversar com os seus amigos, parceiros, eleitores.

É natural, é da política, mas eu não posso fazer uma análise dessa forma, porque aí, deputado Alan, deputado Sandro, se a pesquisa vale para ACM Neto, significa que V. Ex.^{as} também já acreditam que o ex-presidente Lula será o próximo presidente da República.

Enfim, é natural que cada um analise as suas pesquisas, mas considero que é uma leitura talvez um tanto quanto prematura e exacerbada. Até porque a leitura que faço não é de uma pesquisa; eu analiso e comparo as pesquisas que vêm acontecendo na Bahia durante os últimos meses e os últimos anos. Nesse sentido, há uma queda na opinião pública em relação à perspectiva eleitoral do ex-prefeito de Salvador. Não há um crescimento.

Se você faz uma análise estática, é uma coisa; se você faz uma análise comparativa, é outra coisa. E aí essa alegria apresentada por alguns apoiadores do ex-prefeito de Salvador talvez não seja do tamanho que tem se expressado.

Mas, repito, quero mesmo é comemorar o resultado eleitoral, e não o resultado de uma pesquisa. As pesquisas são importantes para que as pessoas analisem como estão e assim orientem o seu trabalho. Mas aqui no Brasil elas são usadas para o público como se fossem ferramentas de campanha. Na verdade, elas são ferramentas para você saber como deve trabalhar no sentido de superar as adversidades.

Por último, querido amigo deputado Alan – passamos o dia inteiro, no último domingo, na cidade de Conceição do Almeida, onde somos votados, junto com o deputado federal Otto Filho –, a análise que V. Ex.^a faz sobre a saúde, a educação e a infraestrutura não é em relação à Bahia. Essa análise deve ser de outro estado, porque aqui são feitas, a cada dia, ações importantes nas áreas da saúde, da educação e da infraestrutura que orgulham muito os baianos e as baianas. E essas ações dão ao governador Rui Costa uma avaliação positiva do seu governo de mais de 85%.

Então essa pesquisa não vale para analisar o governo da Bahia? Nós melhoramos o Ideb e estamos criando uma infraestrutura de educação. Por outro lado, temos o maior investimento em saúde do Brasil, com equipamentos do Primeiro Mundo. Vá ao Hospital Costa do Cacau e verifique que os seus equipamentos são tão modernos – ou até mais – quanto os do maior hospital privado do estado.

V. Ex.^a me perdoe, mas aqui eu apenas quero apresentar essa divergência, sem nenhum objetivo de fazer qualquer tipo de crítica às vossas opiniões, até porque cada um tem o direito de ter a sua. Mas essa avaliação está equivocada em relação à realidade.

Só para exemplificar, no *Diário Oficial* de hoje está sendo aberta uma licitação para uma escola na cidade de Itacaré – repito, está no *Diário Oficial* de hoje, tive o cuidado de olhar – com quadra poliesportiva, piscina e espaço de cultura, numa área de 13,5 mil metros. Enfim, uma construção extremamente significativa. Está tudo

especificado nessa licitação que saiu hoje. E a educação, na Bahia, não está sendo cuidada pelo governador?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A cada dia são novas policlínicas e novos hospitais. Deputado Alan, vamos juntos fazer uma visita ao Hospital Metropolitano, que será entregue logo após a pandemia de Covid-19, para que possamos pensar juntos e, de repente, formar uma nova opinião sobre a saúde no estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei nº 24.234/2021, procedente do Poder Executivo, que altera a Lei nº 14.288, de 30 de dezembro de 2020, na forma que indica.

Para relatar, o deputado professor Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Pois não, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas deputados e deputadas.

Eu queria, Sr. Presidente, mais uma vez, agradecer a confiança do líder da Maioria para relatar esse projeto. Como já foi registrado nesta sessão, de forma unânime, inicialmente por V. Ex.^a que é um deputado que conhece a realidade dos municípios, V. Ex.^a já ressaltou de imediato a importância desse projeto para que os municípios possam conveniar, receber recursos do governador, do governo do estado, na área da educação e da saúde, enquanto perdurar o estado de emergência, o estado de calamidade pública nas nossas comunidades. Da mesma forma, o líder Sandro Régis e o líder Rosemberg Pinto, Sr. Presidente. Portanto, é um projeto muito lépido, um projeto rápido e tranquilo, Sr. Presidente, que trata desse assunto.

Então, passo, de maneira regimental, formal, a ler o parecer:

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.234/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 14.288, de 30 de dezembro de 2020, na forma que indica...’”

Esta lei é a LDO do ano passado que está em vigor este ano.

(Lê) “(...) *A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a alterar a Lei nº 14.288/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 – inserindo o parágrafo único ao art. 70, estabelecendo que as*

transferências de recursos e assinatura de convênio ou instrumento congêneres destinados à saúde pública e à educação não dependerão da situação de adimplência do município, na vigência do decreto Legislativo da Assembleia Legislativa que tenha reconhecido a ocorrência de Estado de Calamidade Pública em virtude da pandemia do novo coronavírus.

Trata-se de uma medida de inteira justiça proposta pelo Governo do Estado...” – liderado pelo governador Rui Costa – “(...) flexibilizando regras para transferência de recursos e assinatura de convênios nas áreas de educação e saúde, em razão da grande dificuldade financeira enfrentada pelos municípios baianos decorrente dessa nefasta pandemia que assola o mundo inteiro, com graves repercussões no Brasil e na Bahia.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.”

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente, s.m.j.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Zé Raimundo.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões.
Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Deputado Sandro Régis, V. Ex.^a quer encaminhar novamente?

O Sr. Sandro Régis: Encaminho favoravelmente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. O líder da Oposição, deputado Sandro Régis, encaminha favoravelmente.

Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Também, Sr. Presidente. Sendo o projeto do Executivo, peço a toda a bancada e, desde já, agradeço também o entendimento do deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, o deputado líder, nobre colega e amigo deputado Sandro Régis, e o deputado líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, encaminham pela aprovação, votam “sim”.

Em votação no âmbito do Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Deputado Hilton Coelho, como V. Ex.^a vota?

O Sr. Hilton Coelho: Voto a favor, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não ouvi. Deputado Hilton, favorável?

O Sr. Hilton Coelho: Favorável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Todos os deputados votaram favoravelmente.

Portanto, aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 24.234/2021

**Altera a Lei nº 14.288, de 30 de dezembro de 2020,
na forma que indica.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 70 da Lei nº 14.288, de 30 de dezembro de 2020, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“**Art. 70** -.....

Parágrafo único - A realização das transferências de recursos e a assinatura de convênio ou instrumento congêneres destinados à saúde pública e à educação não dependerão da situação de adimplência do Município, na vigência de Decreto Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA, que tenha reconhecido a ocorrência de Estado de Calamidade Pública, em virtude de situação de anormalidade decorrente da pandemia do novo coronavírus, causador da COVID-19.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Srs. Deputados, se Deus permitir, na próxima semana, no início de agosto – faltam apenas 10 dias, o tempo está passando tão rápido –, voltaremos a usar o nosso Plenário nos dias das votações, ainda nos adaptando, de forma híbrida. A nossa intenção é voltarmos aos debates e às votações presenciais.

Que Deus proteja a todos! Muito obrigado e até a próxima.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.